



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

revistahistoria@unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho
Brasil

de FREITAS, Nelly

Retrato de mulheres migrantes: o perfil socioeconômico e as trajetórias das imigrantes madeirenses
no Estado de São Paulo, 1886-1899

História (São Paulo), vol. 33, núm. 2, julho-diciembre, 2014, pp. 288-306

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221032780014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**Retrato de mulheres migrantes: o perfil socioeconômico e as trajetórias das imigrantes
madeirenses no Estado de São Paulo, 1886-1899**

**Portrait of female migrants: socioeconomic profile and the trajectories of Madeiran
immigrants in the state of São Paulo, 1886-1899**

Nelly de FREITAS

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Contato: nellydefreitas@hotmail.com

Resumo: Durante décadas, nos estudos sobre os deslocamentos humanos, a narrativa histórica esteve baseada na mobilidade do homem, com o papel e o eventual protagonismo das mulheres sendo pouco considerados. Em muitas oportunidades, a historiografia que trata dos fluxos migratórios dos portugueses para o Brasil não escapou a tal realidade. Considerado esse contexto historiográfico, este artigo pretende ser uma contribuição ao conhecimento da presença das imigrantes portuguesas provenientes do arquipélago da Madeira no Estado de São Paulo no final do século XIX. Como a ser demonstrado, as madeirenses foram parte significativa dos fluxos em termos numéricos, diferentemente da realidade portuguesa continental nesse quesito, e contribuíram ativamente para o fenômeno. Para tanto, em um primeiro momento apresentaremos os dados quantitativos recolhidos durante as pesquisas de doutorado relativos à participação das mulheres madeirenses no fluxo migratório em direção a São Paulo entre 1886 e 1899 para, em seguida, apresentarmos algumas histórias de vidas.

Palavras-chave: mulheres; imigração portuguesa; arquipélago da Madeira.

Abstract: For decades in the studies about human displacement, the historical narrative was based on the mobility of the man, with the roles and the eventual protagonism of women being rarely considered. In many opportunities, historiography, which deals with migratory flows of the Portuguese people to Brazil, did not escape such reality. Given this historiographical context, this article aims to be a contribution to the knowledge of the presence of female Portuguese immigrants from Madeira in the state of São Paulo in the late nineteenth century. We will demonstrate that, the Madeiran women were a significant portion of the flows, considering numerical terms, unlike continental Portuguese reality, in this regard, and actively contributed to the phenomenon. For this purpose, we will present the quantitative data collected during our PhD research concerning the participation of women in the Madeiran migration towards São Paulo between 1886 and 1899 and retrace some Madeiran life trajectories.

Keywords: women; Portuguese immigration; Madeira archipelago.

Até as últimas décadas do século XX, quando as mulheres migrantes foram «achadas», os estudos sobre as migrações concentravam-se, sobretudo, nos homens, cuja mobilidade era então explicada como “parte do capitalismo moderno”. (GREEN, 2012, p. 782). Desde então, uma nova geração de pesquisadores vem trabalhando para relativizar a sólida e enraizada ideia segundo a qual «o migrante típico» seria um jovem, solteiro, que deixava seu país por razões econômicas. Nas últimas décadas, atenção vem sendo dada às mulheres, que também participaram e contribuíram ativamente para o processo de migração. (SHARPE, 2001, p. 5).

Os primeiros resultados têm demonstrando assim que, nos grandes movimentos migratórios modernos, a proporção das mulheres teria sido de 50%, passando para 40% quando se tratava das migrações transoceânicas. (HOERDER; KAUR, 2013, p. 4-5). Mais particularmente no caso dos fluxos migratórios portugueses para o Brasil, a proporção entre os homens e as mulheres apresenta especificidades que merecem maior atenção.

Em primeiro lugar, durante a época contemporânea de migração de massa, de meados do século XIX à Grande Depressão de 1930, dos 50 a 55 milhões de europeus que deixaram seus países para “fazer América” (THISTLETHWAITE, 1991, p. 20; FAUSTO, 2000), os portugueses representaram 2 milhões. (PENA PIRES, 2010, p. 22). Segundo as estatísticas oficiais portuguesas, entre 1886 e 1900, do total do número de emigrantes registrados para o Portugal continental, 80,49% eram indivíduos masculinos, e somente 19,50%, femininos.¹ Os próprios censos brasileiros, realizados entre 1872 e o começo do século XX, confirmaram essa predominância masculina no fluxo migratório português para o Brasil, sobretudo para o Rio de Janeiro. (MENEZES, 2010, p. 186).

Essa tendência da emigração portuguesa foi igualmente verificada em diversos estudos elaborados, a partir dos registros de passaportes, por pesquisadores portugueses e brasileiros. Com efeito, a análise dos passaportes do governo civil do Porto, por exemplo, indicou que, entre 1880 e 1893, somente 14% dos emigrantes com destino a São Paulo eram mulheres. (FERRARIA, 2008, p. 80). Para o distrito de Bragança, outro estudo apontou que as emigrantes representavam, entre 1844 e 1890, somente 3% do contingente destinado ao Brasil. (SALGADO, 2010, p. 138). Entretanto, no início do século XX, assistiu-se ao aumento da emigração familiar em Portugal (PEREIRA, 2011, p. 44), pois, enquanto no período 1866-1874 treze homens emigravam para cada mulher, na primeira década do século XX, essa proporção passou a três para uma (COSTA LEITE, 1994, p. 441-442), e no início dos anos 20 do mesmo século a porcentagem das mulheres atingia cifras entre 35% e 40% do total dos deslocamentos. (MATOS, 2009, p. 4).²

Já quando as sociedades portuguesas analisadas originam-se dos arquipélagos portugueses dos Açores e da Madeira, a tendência histórica mostra-se sempre outra. Nesses contextos, as

dificuldades vividas pelos habitantes, já bastante conhecidas pela historiografia, levaram a população a identificar na emigração um dos raros meios para encontrar melhores condições de vida, ainda que em terras distantes. (CARDOSO, 1968, p. 6-7). Entretanto, é preciso salientar – como o fizeram os historiadores Paulo Matos, para o Açores, e Alberto Vieira, para a Madeira – que, mesmo em período de estabilidade econômica, a emigração permanecia uma constante nesses espaços (MATOS; SILVEIRA E SOUSA, 2008 e VIEIRA, 1990, p. 46),³ sobretudo devido ao fato de ser uma tradição antiga, aceita e encorajada pela cultura popular, tanto para os homens como para as mulheres. (COSTA LEITE; CÂMARA, 2010, p. 107).

De fato, essa realidade refletiu-se nas estatísticas oficiais, as quais, para o final do século XIX, sublinham uma presença feminina muito importante: entre 1886 e 1900, por exemplo, as mulheres teriam representado 49,92% do fluxo açoriano e 43,07% do fluxo madeirense.⁴ Essa particularidade insular já tinha até mesmo sido identificada à época, como em 1887, pelo deputado português Oliveira Martins no seu projeto de lei intitulado *Fomento Rural e emigração*. A essa altura, Martins ressaltava que, em geral, nas regiões norte e central de Portugal continental a emigração feminina era reduzida em comparação com aquela dos Açores e da Madeira. (OLIVEIRA MARTINS, 1956, p. 187-188). No mesmo sentido, em seus estudos sobre a emigração portuguesa, o historiador Joaquim da Costa Leite calculou, para o ano de 1860, em 20% a emigração familiar no Portugal continental e em 60%, nos espaços insulares. (COSTA LEITE, 2001, p. 176). Em estudos posteriores, o mesmo acadêmico ressaltou que, em 1890, teriam emigrado do Continente 428 homens por cada 100 mulheres, enquanto “nas Ilhas” o número seria de 114 homens, “ou seja, próximo do equilíbrio”. (COSTA LEITE; CÂMARA, 2010, p. 107).

Considerando esse contexto histórico, apresentaremos, em um primeiro momento, o perfil socioeconômico das mulheres que deixaram o arquipélago da Madeira para o Estado de São Paulo entre 1886 e 1899. (FREITAS, 2013).⁵ A seguir, sublinharemos algumas trajetórias de imigrantes madeirenses e de seus familiares que se instalaram no interior de São Paulo, em Itapira. Acreditamos, assim, poder combinar de forma interessante o conhecimento quantitativo e qualitativo possível de ser realizado hoje sobre as mulheres da Madeira no Estado de São Paulo na marcante fase do auge da exploração do café na história do Estado.

O fluxo migratório das madeirenses para São Paulo entre 1886 e 1899

No trabalho realizado durante o desenvolvimento da tese de doutorado sobre o fluxo migratório dos madeirenses para o Estado de São Paulo entre 1886 e 1899, recorreremos a um *corpus* de fontes capaz de rastrear em detalhes o caminho migratório desde a partida, na ilha da Madeira,

até a chegada à Hospedaria do Imigrante, em São Paulo. Assim, cruzamos os dados contidos: nas listas dos passageiros embarcados no porto do Funchal, na Madeira, nos registros de emissão de passaportes, nas listas de bordo e de desembarque no porto de Santos e nas listas da Hospedaria do Imigrante de São Paulo.⁶ A partir desses documentos, conseguimos, em uma base de dados, enumerar 13.923 emigrantes.

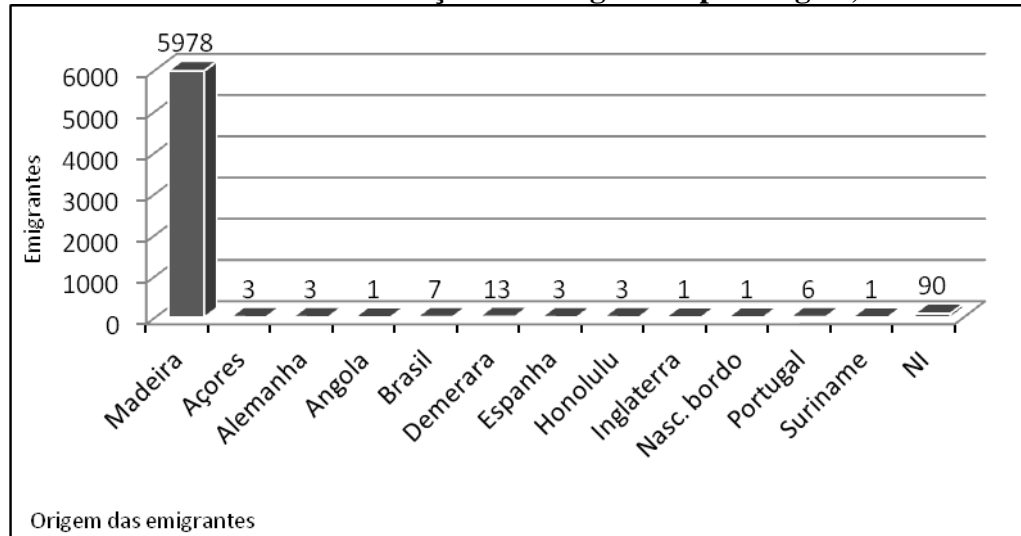
Em seguida, no intuito de evitar imprecisões como a contagem de um mesmo indivíduo várias vezes (idas e vindas de uma mesma pessoa não eram tão raras quanto se poderia imaginar), houve um redobrado cuidado em identificar duplicidade de informações ou mesmo registrar indivíduos que, apesar de terem passaporte ou sido registrados por entrar nas embarcações, não tenham feito a viagem. Assim, feitos os devidos refinamentos e cruzamento de dados, o banco de informações finalmente contou com o perfil socioeconômico de exatamente 13 173 emigrantes.⁷

Observando a distribuição do fluxo por sexo, pudemos confirmar as tendências das estatísticas oficiais sobre a emigração insular, já mencionadas, pois esse fluxo ficou igualmente marcado por uma presença feminina importante: no período considerado, as emigrantes madeirenses representavam 46,38% (6.110) dos 13.173 indivíduos, das quais a maioria – 84,11% – viajou com passaporte.

Uma análise mais detalhada da origem dessas emigrantes permitiu elaborar o gráfico 1 abaixo. Uma primeira informação digna de nota faz referência às mulheres cuja origem não foi identificada: 1,4% do total. Das restantes (6.020), a maioria – 97,8% – era originária do arquipélago da Madeira, e poucas outras (somente 42) tinham nascido fora da ilha. Açores, Alemanha, Inglaterra, Angola, Havaí, Brasil são, entre outras, algumas das localidades indicadas na documentação consultada.

Se analisada em detalhe, essa última observação pode ilustrar de forma interessante a grande mobilidade dos ilhéus em geral. Pode-se mesmo especular que os tais não hesitavam em multiplicar as experiências migratórias, pois, concentrando nossa atenção sobre esses indivíduos, percebemos que, das 42 mulheres não originárias da Madeira, 30 eram filhas de madeirenses, mas nascidas no estrangeiro durante uma experiência prévia de emigração dos pais.

Gráfico 1 – Distribuição das emigrantes por origem, 1886-1899

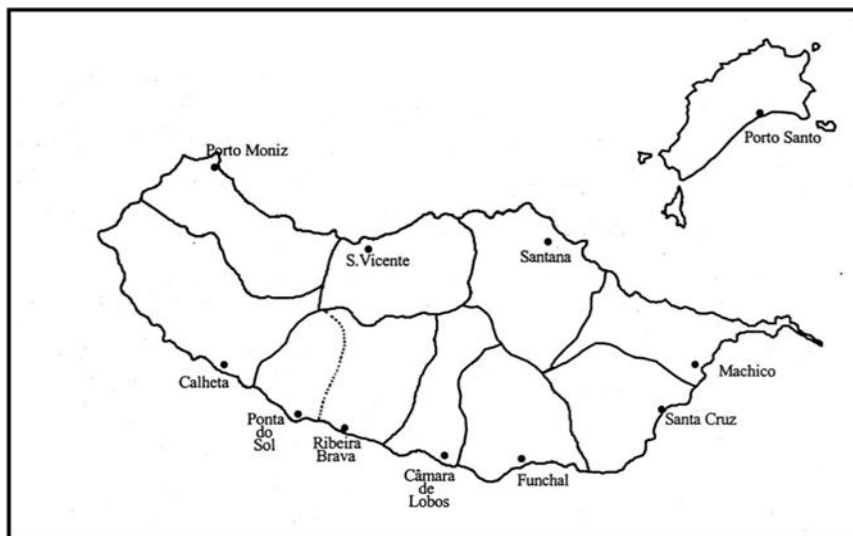


Fonte: Gráfico construído a partir das informações da base de dados elaborada pela autora. A identificação “NI” corresponde aos indivíduos cuja origem era “Não Indicada” e, “Nasc. bordo”, aos nascidos no navio durante a travessia do Atlântico.

Concentrando nosso olhar sobre os locais de nascimento dentro do arquipélago da Madeira, elaboramos o mapa 1 seguinte, que representa a distribuição dessas mulheres em função do concelho (unidade administrativa) de origem.

Para uma maior precisão quanto à disposição geográfica do arquipélago, gostaríamos de ressaltar que ele era composto de duas ilhas habitadas: a ilha da Madeira e a do Porto Santo, apesar de existirem outras, menores, que sempre foram reservas naturais inabitadas. Ademais, a partir da edição da lei portuguesa de 25 de abril de 1835, Portugal passou a ser dividido em distritos (17 no continente e quatro nas ilhas adjacentes, sendo que o do Funchal representava todo o arquipélago da Madeira). Dentro dos distritos, as unidades administrativas eram denominadas concelhos (10, ao total, no distrito do Funchal, em que o concelho de Porto Santo representava a ilha do mesmo nome, todos ilustrados no mapa 1 abaixo). Era dentro dos concelhos, então, que existiam as freguesias.⁸

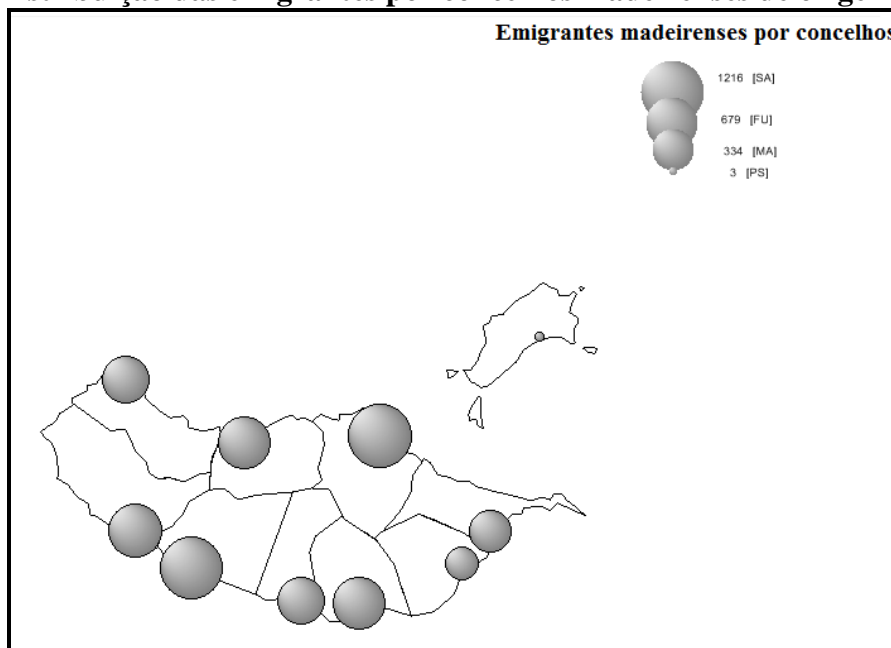
Mapa 1 – Os concelhos e as sedes dos concelhos no distrito do Funchal até 1914⁹



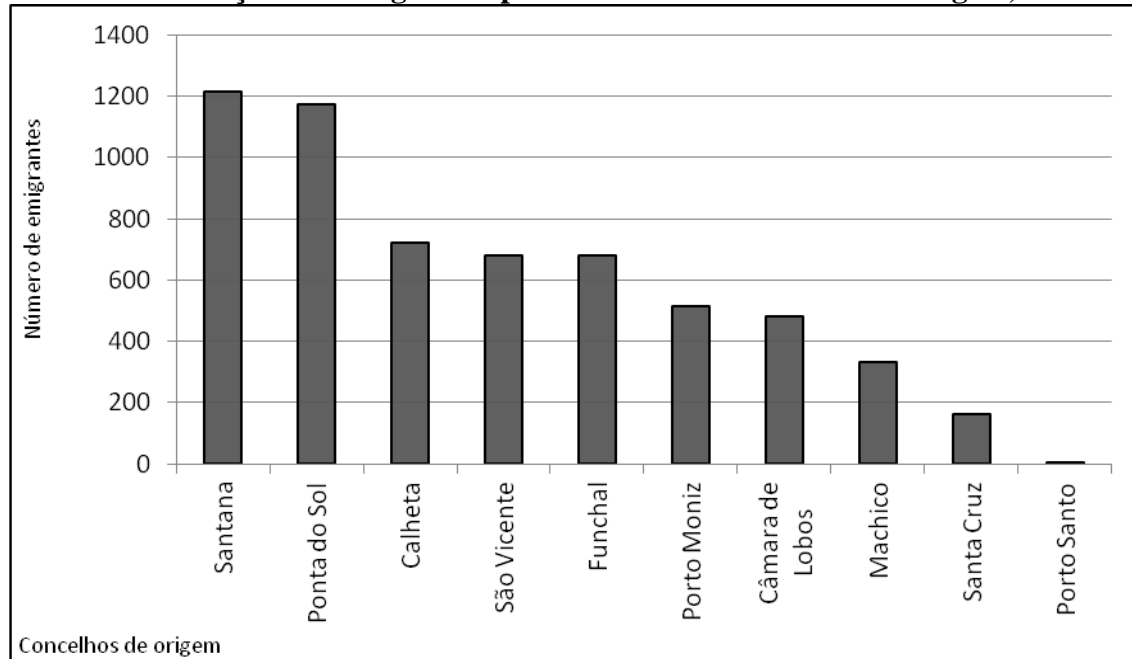
Fonte: *Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira* – (Instituto Nacional de Estatística, Delegação do Funchal).

O mapa 2 abaixo, por sua vez, mostra a importância das emigrantes originárias da ilha da Madeira em comparação com as da ilha do Porto Santo. As diferenças entre esses dados não devem ser tomadas como muito surpreendentes já que, em finais do século XIX, 99% da população de todo o arquipélago morava na ilha da Madeira. (RODRIGUES, 2004, p. 30). Ademais, o gráfico 2, abaixo, que nos permite abranger a totalidade dos concelhos madeirenses, aponta para predominância das emigrantes dos concelhos da costa norte, como o de Santana e, da costa sul, como o de Ponta do Sol.

Mapa 2 – Distribuição das emigrantes por concelhos madeirenses de origem, 1886-1899



Fonte: Base de dados da autora; fundo cartográfico: *Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira* – (INE-Portugal) retrabalhado com *Adobe Illustrator* e *philcarto* [Disponível em: <http://philcarto.free.fr/>] e a ajuda de Sébastien Godet. Para SA, FU, MA e PS, ler Santana; Funchal, Machico e Ponta de Sol. Não consideramos aqui as quinze mulheres identificadas nas fontes como nascidas “na Madeira”.

Gráfico 2 – Distribuição das emigrantes por concelhos madeirenses de origem, 1886-1899

Fonte: Base de dados da autora.

Ainda é interessante observar que o concelho do Funchal, onde se localiza a capital da Madeira,¹⁰ não representava o primeiro lugar de origem das emigrantes. Já sobre os concelhos do norte da Madeira, representados por 40,4% das emigrantes, o concelho de Santana aparece responsável por expressivos 50,4% do total das saídas. Com menos espaço disponível para o cultivo, contando também com um clima mais frio, com chuvas abundantes durante o inverno, e com escassas vias de comunicações com a zona de economia mais dinâmica, localizada na costa sul, muitos fatores conjunturais prejudicavam a qualidade de vida e podem ajudar a explicar o elevado número de partidas.

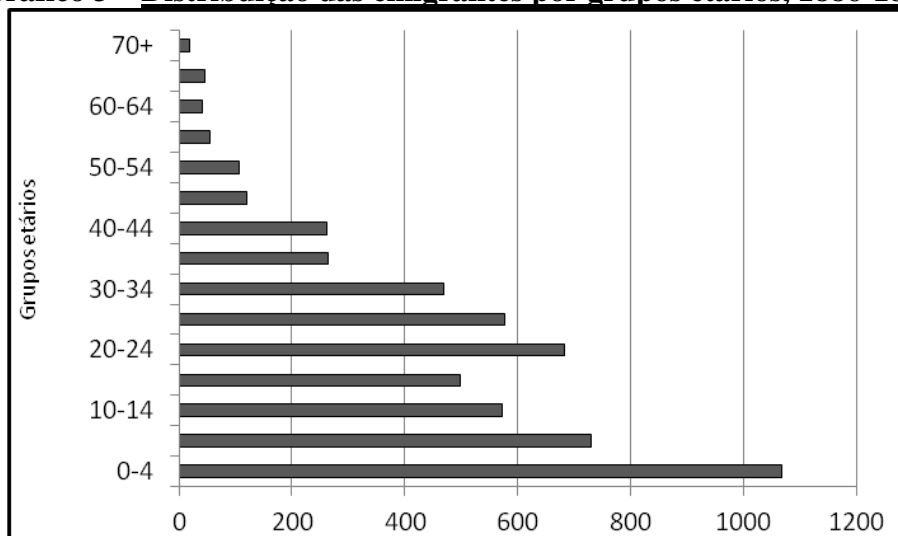
Com efeito, na documentação consultada no Arquivo Regional da Madeira, observamos que muitos proprietários de terra dessa zona insistiam na importância da construção de estradas para o desenvolvimento tanto da agricultura como da economia de uma região onde as freguesias “[...] se achavam incomunicáveis”. (LYRA, 1888, p. 2).¹¹ Um desses proprietários, ilustrando o estado de baixo desenvolvimento econômico e humano do norte da Madeira, alertou que, em sua freguesia, Seixal (concelho de Porto Moniz), os agricultores viviam “na miséria” e, por isso, “buscavam na emigração o remédio aos males que os affligião”. (LYRA, 1888, p. 5).

Outro dado interessante para conhecer melhor o perfil dessas mulheres que atravessaram o Atlântico entre 1886 e 1899 pode ser observado pelo estado civil. Antes de prosseguir nesse caminho, é preciso, entretanto, alertar para o fato de que não foi possível identificar essa variável para 7% das mulheres. Das restantes, 40,26% eram casadas, 2,67% foram registradas como viúvas, e a maioria, 50,07%, como solteiras. Dada a alta proporção de mulheres solteiras, faz-se

interessante analisar sua idade para melhor entender sua dimensão e as particularidades dessa emigração insular.

Antes de apresentar os resultados obtidos para essa variável, faz-se importante ressaltar que, nas fontes consultadas, as lacunas de informação encontradas envolviam sobretudo as mulheres. Assim, em relação à idade, enquanto não foi possível identificar a informação de somente 1,49% dos homens (112), o mesmo ocorreu para 9,74% dos indivíduos de sexo feminino (595). Excluídas, então, essas, apresentamos abaixo, no gráfico 3, a distribuição das emigrantes por grupos etários.

Gráfico 3 – Distribuição das emigrantes por grupos etários, 1886-1899



Fonte: Gráfico construído a partir das informações da base de dados elaborada pela autora.

Os resultados obtidos com os dados coletados sobre a idade das emigrantes permitem relativizar a importância das saídas de solteiras, pois, das mulheres cuja idade foi identificada (5.515), a proporção das crianças entre 0 e 9 anos apresentava-se significativa - 29,4% do total das emigrantes. Se nos concentramos sobre o grupo etário entre 0 e 14 anos, definido pelo historiador e demógrafo francês Louis Henry como o grupo das “crianças” (HENRY, 1988, p. 21), a proporção aumenta então para 43%.

Essa presença significativa das crianças indica, assim, que os indivíduos adultos de sexo feminino que viajaram até São Paulo entre 1886 e 1899 eram majoritariamente mulheres casadas, o que confirma a hipótese de uma emigração familiar muito significativa nas ilhas portuguesas. Dessas mulheres casadas, 94,63% fizeram a viagem junto com os respectivos esposos, somente 0,20% viajaram sozinhas para encontrar o esposo no Brasil, e 2,5% como chefe de família, acompanhadas por filhos e parentes.

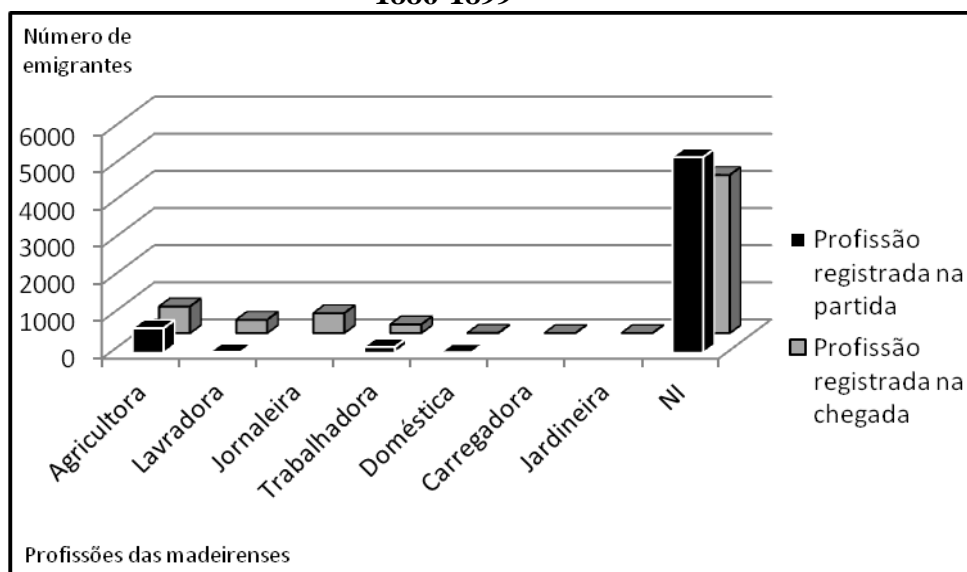
Ainda em relação ao estado civil das mulheres, foi interessante constatar que, das viúvas registradas, 72,4% viajaram como chefe de família. Esse dado vai ao encontro do trabalho da

historiadora Lená Medeiros de Menezes sobre as mulheres portuguesas no comércio. Menezes destaca os “privilégios das viúvas com relação às mulheres casadas”. (MENEZES, 2010, p. 191). Com efeito, enquanto uma mulher casada necessitava da carta de chamada do esposo já estabelecido no Brasil ou de sua autorização caso ele permanecesse na Madeira, ao mesmo tempo que as mulheres solteiras precisavam da autorização do pai para se ausentar, “as viúvas eram as únicas a ter a liberdade social [...] tendo perdido o marido, podiam tomar suas próprias decisões”. (MENEZES, 2010, p. 191).

Seguindo a análise das informações extraídas da base oriunda da tese, outra conclusão relevante foi obtida a partir dos dados socioeconômicos recolhidos, como, por exemplo, os relativos à profissão. Essas informações, entretanto, eram raramente indicadas para cada indivíduo estudado, e o silêncio a respeito era ainda mais presente em relação às mulheres.

O gráfico 4, abaixo, apresenta as profissões das mulheres registradas nas listas de embarque e nas de desembarque, destacando-se a falta da informação (NI) para 86,2% das mulheres nas listas de embarque e para 69,6% delas nas listas de desembarque.

Gráfico 4 – Distribuição das emigrantes por profissão declarada na partida e na chegada, 1886-1899



Fonte: Gráfico construído a partir das informações da base de dados elaborada pela autora. A identificação “NI” corresponde aos indivíduos cuja profissão era não indicada.

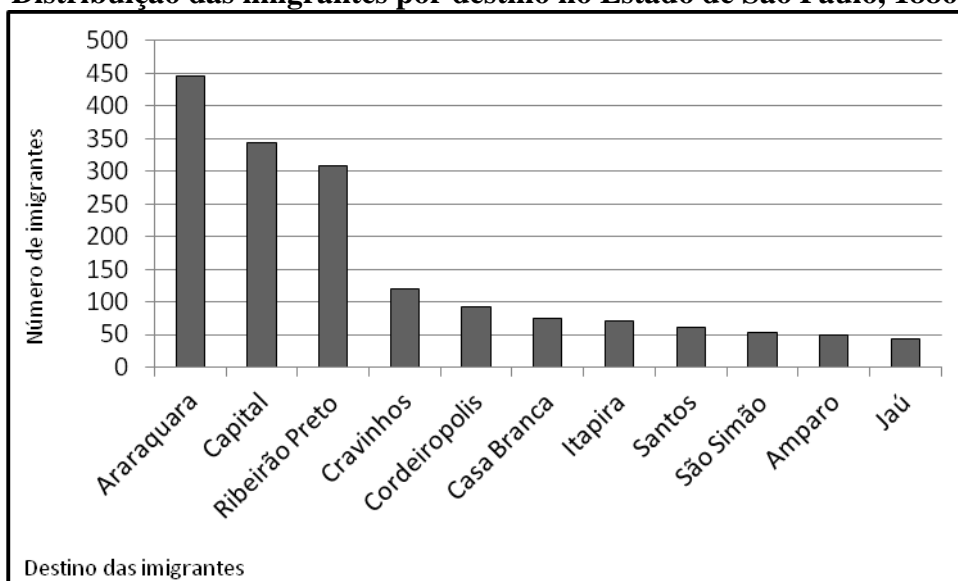
Mesmo nos raros casos em que a atividade econômica exercida aparece, a informação deve ser considerada com muito cuidado. Nas listas consultadas, na verdade, aparecia frequentemente a menção da profissão, como, por exemplo, “agricultor”, “lavrador” ou “jornaleiro”, generalizada para toda a família, inclusive para mulheres e crianças. Uma das hipóteses a explicar tal disposição de dados é considerar que a catalogação era feita para as famílias como um todo.

Finalmente, em relação à chegada das emigrantes no porto em São Paulo, além da impossibilidade de confirmar a informação para 710 (11,62%) madeirenses, verificamos que duas morreram a bordo: uma menina de 2 anos, que viajava com os pais, e uma senhora de 60 anos, viúva, que viajava com seu filho.

Para as demais, conseguimos confirmar a chegada de 88,35% (5.398). Dessas, 73,6% foram subsidiadas pelo governo de São Paulo e 87,08% passaram pela hospedaria do imigrante do Brás. Esses dados revelam que a preferência das autoridades de São Paulo – as quais procuravam introduzir, no Estado, famílias de agricultores mediante uma política de imigração subsidiada –¹² tinha sido fortemente observada.

Em relação ao rumo tomado por essas mulheres após a chegada, não foi possível identificar o destino final para 3 256 das emigrantes. O gráfico 5, abaixo, apresenta os 10 maiores destinos tomados pelas madeirenses no Estado de São Paulo.

Gráfico 5 – Distribuição das imigrantes por destino no Estado de São Paulo, 1886-1899



Fonte: Gráfico construído a partir das informações da base de dados elaborada pela autora.

O gráfico revela, assim, que, das 2 152 mulheres cujo destino foi identificado, a maioria dirigiu-se para o interior das terras paulistas, sobretudo Araraquara (20,72%) e Ribeirão Preto (14,31%), enquanto quase 16% ficaram na cidade de São Paulo. Sétimo lugar de recepção das imigrantes madeirenses no período estudado, Itapira tornou-se um destino de interesse particular para este trabalho depois da descoberta, no Arquivo Regional da Madeira, de um documento que dava informações mais detalhadas sobre a trajetória de algumas delas que seguiram para o interior do Estado de São Paulo com seus familiares. Com efeito, com um título muito evocador, “Famílias madeirenses em Itapira”, um artigo publicado no jornal “A Tribuna de Itapira” nos permitiu dar vida aos números até aqui apresentados. (DE FREITAS, 24/10/2002).

As emigrantes madeirenses em Itapira

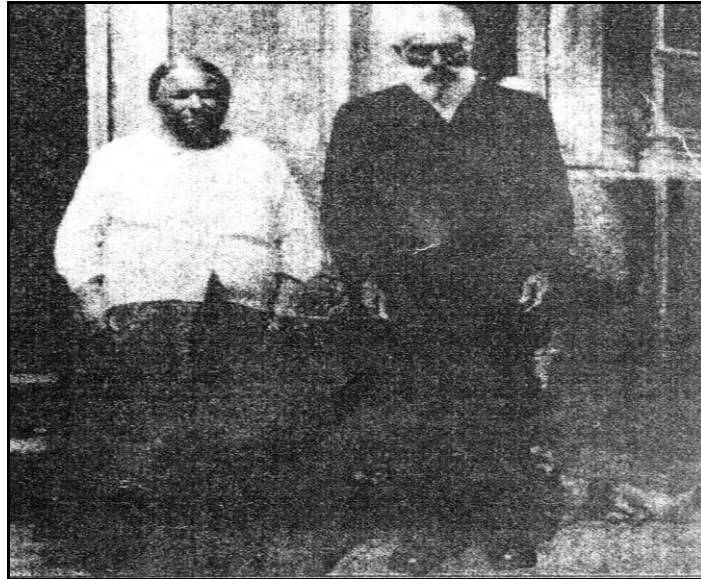
Entre 1886 e 1899, a presença das madeirenses e de seus familiares em Itapira, bem como a de outras comunidades de imigrantes, está relacionada à cultura de café. Com efeito, no Brasil, os cafeeiros se expandiram do Pará à província do Rio de Janeiro e, a seguir, até as terras paulistas, permitindo a criação e o desenvolvimento de diversas localidades durante os séculos XIX e XX. Não escapando desse contexto, foi graças ao café que o povoado e a economia de Itapira, chamado então “Penha do Rio Peixe”, puderam crescer. Nessa cidade nova, criada em 1858 (o nome de “Itapira” surge somente em 1890), o território encontrava-se ocupado desde o século XVIII por habitantes que cultivavam milho e cana de açúcar. (DE FREITAS, 24/10/2002). Em 1880, com a expansão do café, os trilhos da linha Mogiana finalmente chegaram e se prolongaram até a cidade vizinha de Mogi Mirim, facilitando a instalação de famílias de imigrantes e a cultura em larga escala.

Com efeito, apesar de contar com uma população descendente de portugueses, índios e espanhóis, a abolição da escravidão, a crescente necessidade de mão de obra e a chegada dos trilhos levaram à vinda, em um primeiro momento, de famílias imigrantes alemãs e, em seguida, italianas e portuguesas (DE FREITAS, 24/10/2002). Na base de dados elaborada para a tese de doutorado, descobrimos que, entre 1886 e 1899, depois de ter passado pela Hospedaria do Imigrante de São Paulo, 70 emigrantes madeirenses rumaram até essa cidade.

No artigo de 2002 de “A Tribuna de Itapira”, acima mencionado, o autor Charles de Freitas publicou alguns resultados de pesquisas que conduzia havia 12 anos sobre o passado da cidade em que nascera, bem como sobre as origens de sua população. Após ter resumido, em um primeiro momento, a história de Itapira e da Ilha da Madeira, o autor abordou o tema da emigração ao descrever a história dos seus antepassados vindos justamente dessa ilha portuguesa, assim como de algumas outras famílias madeirenses ali chegadas no final século XIX. A partir das informações levantadas por Charles de Freitas, foi então possível proceder ao cruzamento com a base de dados elaborada quando das pesquisas doutorais e identificar com um pouco mais de riqueza de detalhes a trajetória de algumas das insulares.

Em relação à família do autor do artigo, em particular, sabemos que a sua presença no Brasil data da viagem realizada por Francisca Marques de Sousa de Jesus com seu esposo, António de Freitas, representados na imagem 1 abaixo.

Imagem 1 – Francisca Marques de Sousa de Jesus e seu esposo, António de Freitas



Fonte: (DE FREITAS, 24/10/2002). Foto sem data. Reprodução de Paulino Santiago, arquivo do autor do artigo.

Francisca era originária da freguesia do Faial, no concelho de Santana (costa norte da Ilha da Madeira), assim como seu esposo, com o qual se casou em 1874. Em 6 de julho de 1888, obtiveram um passaporte para o Brasil. Como ressaltou Charles de Freitas e pudemos confirmar em nossa base de dados, Francisca embarcou no porto do Funchal no dia 7 de julho de 1888 no navio alemão *Baltimore*, com seu esposo António e sete filhos: Manuel, Maria, António, Domingos, Christina, Antónia e Virgínia, respectivamente de 11, 9, 7, 6, 4, 2 anos e a última, de alguns meses. Acompanharam também a família uma sobrinha de 18 anos e uma tia do esposo, de 53 anos.

Depois de uma travessia de vinte dias, Francisca desembarcou com toda a família no porto de Santos, em 28 de julho do mesmo ano. O que o autor não indicou no artigo, mas que pudemos confirmar com nossa base de dados, foi que, após o desembarque, Francisca e os seus subiram no trem da São Paulo *Railway* até a Hospedaria do Imigrante do Brás - São Paulo, onde todos foram registrados como “agricultores”. Ademais, o que ignorávamos quando construímos a base de dados, mas que as pesquisas de Charles de Freitas revelaram, é o destino seguido por Francisca e seus familiares após terem saído da Hospedaria e rumado para Itapira.

Foi na fazenda Engenho das Palmeiras, onde a cultura de café começou por volta de 1850, que Francisca se instalou. Logo após a chegada, perdeu duas filhas: Antónia (dois anos) e, no ano seguinte, Virgínia. Nas terras paulistas, Francisca Marques teve sete outros filhos: Jesuína, José, Carolina, Luzia, João, Virgínia e Joaquim, respectivamente nascidos em 1890, 1892, 1895, 1896, 1898, 1901 e 1904. A grande expansão da família revela a manutenção, nos países de emigração, das tradições e cultura da Madeira, em que a forte natalidade entre os casais era uma característica importante.¹³ Ademais, e não raras vezes, os emigrantes madeirenses, como os de outras

nacionalidades, deslocavam-se entre as fazendas do interior de São Paulo ou das fazendas às zonas urbanas, à procura de melhores oportunidades de trabalho. Assim, no começo do século XX, observamos tal mobilidade de Francisca e sua família, pois deixaram a fazenda Engenho para instalar-se na zona urbana de Itapira, na Rua da Penha. (DE FREITAS, 24/10/2002). Ali Francisca iria falecer em 4 de dezembro de 1943, quase uma década depois de seu esposo, António (a 6 de março de 1934).

Sobre os filhos de Francisca, é interessante notar que somente duas saíram de Itapira. A primeira, Maria, que faleceu na cidade de São Paulo em 1963 depois de ter se casado, em 1897, com um conterrâneo originário de Porto Moniz (costa norte da ilha da Madeira) e de ter catorze filhos. A segunda, Cristina, morreu sem filhos em Londrina, no Estado do Paraná, após ter sido casada com um primo que, por sua vez, havia sido previamente casado com outra filha de Francisca, Jesuína, falecida em 1912. Sobre essa passagem da vida da família, é possível notar a repetição de um outro costume da Madeira onde, devido à tradição e à falta de outras oportunidades por causa da exiguidade do espaço ou da emigração, os casamentos aconteciam dentro de uma área restrita, tanto em termos geográficos como humanos. Esse fenômeno parece ter continuado fortemente em terras brasileiras, como indicam os trabalhos da historiadora Andréa Telo da Corte, que estudam a imigração de famílias madeirenses em Niterói – Rio de Janeiro no meio do século XX. Telo da Corte fez também referência a esse tipo de laço em diversas ocasiões, como quando relembrou a trajetória de Maria Augusta dos Santos, a qual tinha emigrado para o Rio de Janeiro com seu marido que, por sua vez, era um primo de primeiro grau. (TELO DA CORTE, 2002, p. 173-174).

Depois de ter apresentado o destino da família, Charles de Freitas, na verdade bisneto de Francisca, seguiu seu relato contando as trajetórias de outras madeirenses que se instalaram em Itapira com seus familiares e que também puderam ser localizadas em nossa base de dados. Assim foi, por exemplo, com Teresa de Freitas de Jesus, natural da freguesia do Faial (concelho de Santana) e casada, em 1860, com João Pereira Martins, da mesma freguesia. Antes de seguir o caminho do Brasil, o casal deslocou-se da costa norte da ilha para o sul, onde se instalaram na freguesia do Monte (concelho do Funchal). Segundo as fontes consultadas durante as pesquisas doutorais, Teresa deixou a Madeira com 44 anos, e seu esposo, com 50. Partiram com os três filhos: António, de 23 anos, Maria, de 24 anos, e Manoel, de 13 anos, acompanhados de Antónia Cândida de Jesus, então com 50 anos de idade e cunhada de Teresa. Depois da obtenção do passaporte para São Paulo, a família embarcou a bordo do navio alemão *Hannover* no dia 7 de janeiro de 1887. Após a viagem de 17 dias, subsidiada – nada pagaram para o transporte –, desembarcaram no porto de Santos em 23 de Janeiro de 1887. De Santos, Teresa e seus familiares encaminharam-se para a

Hospedaria de São Paulo, onde foram registrados como “trabalhadores” antes de rumar também para “Penha do Rio Peixe”.

Sem mais informações, seja sobre o filho Manuel ou sobre Antónia, o artigo de Charles de Freitas indica, entretanto, que a filha Maria se casou em 1890 em Itapira com um madeirense originário de Boaventura (concelho de São Vicente, na costa norte da ilha da Madeira). Os filhos dessa união casaram-se igualmente em Itapira com outros insulares (a filha, com um açoriano e o filho, com uma madeirense oriunda de Arco da Calheta, concelho da Calheta, na costa sul da ilha).

Também presente nos relatos de Charles de Freitas é a trajetória de Justina de Jesus. Originária de Gaula, concelho de Santa Cruz: casou-se em 1886 com Manuel de Caíres, da mesma freguesia. Logo após o nascimento do primeiro filho, Luiz, Justina emigrou junto com seu esposo e seu filho levando consigo Maria da Encarnação, 10 anos, irmã de Manuel, e Antónia da Encarnação, 53 anos, tia dele. A família desembarcou do navio francês *Berlin* em Santos no dia 2 de março de 1887, de onde seguiram para a Hospedaria de São Paulo. Segundo as listas dessa instituição, Justina e seus familiares teriam seguido para a cidade de Ribeirão Preto. Sem explicar se houve falha no preenchimento das listas da hospedaria ou se a referida família se mudou rapidamente de cidade, o artigo de Charles de Freitas nos informa que dirigiu-se para Itapira, onde Justina viria a falecer no dia 29 de abril de 1887,¹⁴ como pudemos confirmar pelo registro de óbitos.¹⁵

Mesmo se algumas pistas transparecem, a história dessas poucas mulheres não permite, infelizmente, grandes conclusões sobre a vida levada do outro lado do Atlântico pelas emigrantes madeirenses que deixaram o espaço insular entre 1886 e 1899. Para tanto, seria necessário desenvolver pesquisas nos arquivos paulistas e micro-histórias assim como promover reconstituições familiares, o que não era o propósito original de nosso trabalho doutoral, mais dirigido a um levantamento quantitativo inicial do fluxo.

As referidas pistas, entretanto, como uma natalidade importante e como casamentos celebrados dentro da comunidade madeirense e, às vezes, mesmo com parentes próximos, permitem legítimos questionamentos sobre uma reprodução, em terras brasileiras, do mesmo modelo de evolução demográfica da Madeira. Tão sólida parece tal hipótese, a ser desenvolvida em estudos futuros, que semelhante argumento foi já defendido por Susana Caldeira em uma apresentação sobre a emigração madeirense no Havaí quando do Colóquio organizado na Madeira, em novembro de 2012, sobre o papel das mulheres na diáspora insular. Nessa ocasião, Caldeira sublinhou a influência da figura feminina em uma “comunidade muito pouco permeável, por exemplo, a nível dos casamentos, que eram entre madeirenses e, normalmente, entre madeirenses católicos”. (COLÓQUIO, 2012).

Considerações finais

Apesar dos numerosos estudos elaborados sobre as migrações internacionais ao longo do século XX, foi preciso esperar até a década de 1980 para que as mulheres e suas contribuições para esse fenômeno finalmente pudessem se tornar visíveis. (ANTHIAS; LAZARIDIS, 2000, p. 1).

No caso dos movimentos migratórios portugueses, apesar da existência de alguns estudos que levam em conta essa perspectiva,¹⁶ mais trabalhos ainda são necessários para que a ideia da existência de um emigrante tipo seja relativizada. De fato, como pudemos verificar pela consolidação de dados quantitativos para os finais do século XIX, as mulheres da Madeira tiveram uma presença fundamental no fluxo migratório para o Estado de São Paulo. A partir desse conjunto de informações, como a segunda parte deste trabalho demonstrou (mesmo se se faz necessária uma continuidade das análises), é também preciso valorizar abordagens qualitativas, que reconstruam e analisem os percursos pessoais e seus impactos tanto na origem (ressaltando-se as especificidades regionais portuguesas) como no destino desses fluxos. Como ressaltou a historiadora Andréa Telo da Corte, sobre a comunidade madeirense em Niterói, e a professora Maria Izilda Santos de Matos, sobre os Açorianos em São Paulo, não somente a história dessas mulheres, mas até dessas comunidades, permanece “invisível”. Segundo as pesquisadoras, os ilhéus encontram-se em geral submersos nas análises mais abrangentes sobre os portugueses na sociedade brasileira. Nesse contexto, em que madeirenses e açorianos não são notados, o efeito apresenta-se ainda mais perverso sobre as ilhoas.

Referências

ANUARIOS demográficos do ano 1886. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

ANTHIAS, F.; LAZARIDIS, G. Introduction: Women on the Move in Southern Europe. In: ANTHIAS, F.; LAZARIDIS, G. (ed.). **Gender and Migration in Southern Europe: Women on the Move.** New York: Berg, 2000, p. 1-14.

ARQUIVO REGIONAL DA MADEIRA (A.R.M.). Administração do Concelho do Funchal. **Listas dos passageiros saídos.** Livro n. 124 ao 132. a

ARQUIVO REGIONAL DA MADEIRA (A.R.M.). Fundo do Governo Civil. **Registro de Passaportes.** b

ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL (A.N.B). Divisão de Documentos Escritos. Setor de Documentos Administrativos e Legislativos. Serviço de Polícia Marítima, Aérea e Fronteiras – SP (Santos): relação de vapores (entradas) no Porto de Santos, 1891-1902.

BRETTELL, C. B. **Men who migrate, women who wait.** Population and history in a Portuguese parish. Princeton: Princeton University Press, 1986.

BRETTELL, C. B. **We Have Already Cried Many Tears:** the stories of three Portuguese Migrant Women. California: Waveland Press, 1995.

CARDOSO, A. **Fenómeno económico-social da emigração madeirense.** Funchal: Ed. da Junta Geral do Funchal, 1968.

COLÓQUIO As mulheres e as mobilidades. Centro de Estudos de História do Atlântico. 15 nov. 2012. Disponível em: <http://online.jornaldamadeira.pt/artigos/papel-da-mulher-valorizado-em-col%C3%B3quio-no-ceha#.UKYCPfxWnJY.facebook>. Acesso em: 05 set. 2014.

COSTA LEITE, J. da. **Portugal and emigration, 1855-1914.** 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de Columbia, Nova Iorque, 1994.

COSTA LEITE, J. da. Migratory Regions in the Portuguese Mainland and the Islands, 1864-1911. In: **Imigração e Emigração nas Ilhas.** Funchal: CEHA, 2001, p. 173-190.

COSTA LEITE, J. da; CÂMARA, B. O recrutamento militar e a emigração madeirense nos finais do século XIX. **Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico**, 2, Funchal, CEHA, 2010, p. 106-112.

DE FREITAS, C. Famílias madeirenses em Itapira. **A Tribuna de Itapira**, 24 out. 2002. Arquivo Regional da Madeira (A.R.M.).

FAUSTO, B. **Fazer a América.** São Paulo: EDUSP, 2000.

FERRARIA, M. J. A emigração portuguesa para o Estado de São Paulo através dos registos de passaportes do governo civil do Porto (1880-1893): percursos de uma diáspora. In: MATOS, M. I.; SOUSA, F.; HECKER, A. (orgs.). **Deslocamentos & histórias:** os portugueses. São Paulo: EDUSC, 2008, p. 75-86.

FERREIRA, D. A emigração do norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1918-1931). In: SARGES, M. N. et al. (orgs.). **Entre mares:** o Brasil dos portugueses. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 145-160.

FREITAS, N. de. **Des vignes aux caféiers:** Étude socio-économique et statistique sur l'émigration de l'archipel de Madère vers São Paulo à la fin du XIX^e siècle. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Paris-Sorbonne, Paris, 2013.

FREITAS, S. de. **Presença portuguesa em São Paulo.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

GONÇALVES, P. C. **Mercadores de Braços, riqueza e acumulação na Organização da Emigração Européia para o novo mundo.** 2008. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, USP, São Paulo, 2008. (O trabalho foi publicado em 2012 pela Alameda Casa Editorial com apoio da Fapesp por meio da modalidade Auxílio à Pesquisa).

GREEN, N. Changing Paradigms in Migration Studies: From Men to Women to Gender. **Gender & History**, v. 24, n. 3, p. 782-798, nov. 2012.

HENRY, L. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Tradução e notas de J. Manuel Nazareth. Lisboa: Gradiva, 1988.

HOERDER, D.; KAUR, A. **Proletarian and Gendered Mass Migrations: A Global Perspective on Continuities and Discontinuities from the 19th to the 21st Centuries**. Netherlands: Brill Editora, 2013.

KLEIN, H. S. A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. **Análise Social**, Lisboa, n. 2, v. 28, p. 235-265, 1993.

LOUREIRO, A. F. **Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes**. Parte I – Arquipélago da Madeira, Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.

LYRA, M. I. C. **Proposta apresentadas, na comissão de inquerito creada para estudar as causas da crise economica da Madeira**, por Decreto de 31 de Dezembro de 1887. Funchal: Typographia esperança, 1888.

MATOS, M. I. S. de. Além mar: entre o lar e o balcão. Portugueses em São Paulo. **Revista Cordis**, Revista Electrônica de Historia Social da cidade, São Paulo, n. 2, 2009.

MATOS, M. I. S. de. Santos: um porto para o café – cidade, cotidiano e trabalho. In: ODALIA, N.; CASTRO CALDEIRA J. R. de (orgs.). **História do Estado de São Paulo: A formação da unidade paulista**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, v. 2, 2010, p. 83-100.

MATOS, P. L.; SILVEIRA E SOUSA, P. População e movimentos migratórios. A atracção pelo Brasil (1766-1836). In: MATOS, A. T. de; MENESES, A. F. de; LEITE, J. G. R. (dirs.). **História dos Açores**. Angra: Instituto Açoriano de Cultura, v. 1, 2008, p. 535-577.

MEMORIAL do Imigrante. **Listas Gerais de Desembarque de passageiros**. Caixa 01000 a 01010.

MEMORIAL do Imigrante. **Registros de matrícula**. Livro 4 ao 64, livro 98 e livro 56-A.

MENEZES, L. M. de. Imigração e comércio: silêncio sobre a mulher. In: SARGES, M. N. et. al. (org.). **Entre mares: o Brasil dos portugueses**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 186-194.

MOVIMENTO da população dos anos 1887, 1888, 1889, 1890, 1891-1893, 1894-1896 e 1901. Lisboa: Imprensa Nacional, respectivamente publicados em 1890, 1892 (2), 1893, 1898, 1901 e 1904.

OLIVEIRA, I. A Ilha da Madeira, transição demográfica. **Revista População e Sociedade**, Porto, CEPESE, n. 5, p. 25-59, 1999.

OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro. **Fomento Rural e a emigração [1891]**. Lisboa: Guimarães & Ca Editoras, 1956.

PENA PIRES, R. (coord.) et. al. **Portugal**: Atlas das migrações internacionais. Lisboa: Tinta-de-china edições, 2010.

PEREIRA, M. H. A. I República e a política de emigração. In: SOUSA, F. et. al. (coords.). **Um passaporte para a Terra Prometida**. Porto: Fronteira do Caos Editores, CEPESE, 2011, p. 43-53.

REGISTROS da Igreja Católica, 1640-2012. Itapira, Nossa Senhora da Penha. Brasil, São Paulo. Óbitos 1883 – agosto de 1903, folha 88. Disponível em: <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14057-29250-81?cc=2177299&wc=M5JQ->. Acesso em: 05 ago. 2014

RIBEIRO, O. **A Ilha da Madeira até meados do século XX**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua portuguesa, 1985.

RODRIGUES, T. V. **A população Portuguesa no século XIX**. Porto: CEPESE, Edições Afrontamento, Coleção Economia e Sociedade, 2004.

SALGADO, M. C. C. A emigração do distrito de Bragança para o Brasil no século XIX (1884-1890). In: SARGES, M. N. et. al. (orgs.). **Entre mares: o Brasil dos portugueses**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 130-144.

SERRÃO, J. V. **História de Portugal** (1832-1851). Lisboa: Verbo, 1988.

SILVA, F. A. da; MENESES, C. A. **Elucidário madeirense**. v. 3. Funchal: Tipografia Minerva, edição da Secretaria Regional da Educação e da Cultura, 1978.

SHARPE, P. Introduction: gender and the experience of migration. In: SHAPE, P. (ed.). **Women, gender and labour migration: Historical and Cultural Perspective**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2001, p. 1-14.

TELO DA CORTE, A. **A imigração madeirense em Niterói, 1930-1990**: um estudo de caso. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2002.

THISTLETHWAITE, F. Migration from Europe overseas in the Nineteenth and Twentieth Centuries. In: VECOLI, R. J.; SINKE, S. M. **A century of European migrations, 1830-1930**. Chicago: University of Illinois Press, 1991, p. 17-57.

VIEIRA, A. Emigration from the Portuguese Islands in the Second Half of the Nineteenth Century: The Case of Madeira”. In: HIGGS, D. **Portuguese Migration in Global Perspective**. Toronto: Multicultural History Society of Ontario, 1990, p. 42-58.

Notas

¹ Cf. ANUÁRIOS, 1890; MOVIMENTO, 1890, 1892 (2), 1893, 1898, 1901 e 1904.

² Mais precisamente sobre o recorte 1918-1931, Ferreira indica que as mulheres representavam 30% do fluxo. (FERREIRA, 2010, p. 147-148).

³ No mesmo sentido, Orlando Ribeiro escreveu que os emigrantes “não se recrutam sempre entre os mais pobres” porque o espírito de aventura desempenha “um papel tão forte quanto a necessidade de fugir à miséria”. (RIBEIRO, 1985, p. 115).

⁴ Cf. ANUÁRIOS, 1890; MOVIMENTO, 1890, 1892 (2), 1893, 1898, 1901 e 1904.

⁵ Essa análise faz parte de um trabalho mais amplo elaborado na tese de doutorado sobre a emigração proveniente do arquipélago da Madeira para São Paulo entre 1886 e 1899. (FREITAS, 2013).

⁶ ARQUIVO REGIONAL DA MADEIRA, a e b; ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL; MEMORIAL, Caixa 01000 a 01010; MEMORIAL, Livro 4 ao 64, livro 98 e livro 56-A. O avanço da análise quantitativa fica comprometido para o início do século XX não somente porque a crise do café afeta os subsídios oferecidos pela autoridade pública paulista aos madeirenses, reduzindo drasticamente o fluxo, mas também simplesmente porque deixam de existir nos arquivos as listas de embarque no porto do Funchal.

⁷ Para obter mais detalhes sobre a metodologia empregada, consultar a tese de doutorado. (FREITAS, 2013, p. 506).

⁸ Os distritos eram administrados por governadores civis de nomeação régia; os concelhos por administradores escolhidos pelo Governo com base em uma lista resultante de eleição direta e as freguesias, por comissários de paróquia, escolhidos pelos administradores dos concelhos. Junto de cada órgão, havia os seguintes e respectivos corpos administrativos eleitos: as juntas gerais de distrito, as câmaras municipais e as juntas de paróquias. (SERRÃO, 1988, p. 206).

⁹ Em 1914, o concelho de Ribeira Brava foi criado com paróquias retiradas do concelho vizinho de Ponta do Sol (Tabúa, Ribeira Brava e Serra d'Água) e da de Campanário, retirada do concelho de Câmara de Lobos. (SILVA; MENESES, 1978, p. 191).

¹⁰ Em 1890, 27,6% do total dos habitantes da ilha da Madeira concentravam-se na capital, Funchal. (OLIVEIRA, 1999, p. 30).

¹¹ Ademais, durante as inundações, os pequenos povoados mais distantes das zonas urbanas permaneciam totalmente isolados e sem comunicação. (LOUREIRO, 1910, p. 31).

¹² Ressaltamos que, no período estudado, foi percebido que, no intuito de incentivar a vinda de trabalhadores estrangeiros às fazendas de café, o governo paulista desenvolveu uma política ativa de imigração subsidiada. Assinava, assim, contratos com agentes de emigração ou com companhias de navegação nos quais estabelecia o perfil do “imigrante ideal”. Por conseguinte, pagava todas as despesas dos imigrantes desde o porto de partida até o de Santos. Ademais, subsidiava a passagem do porto de Santos para a Hospedaria do Imigrante de São Paulo, onde cada indivíduo podia ficar até oito dias, assim como a passagem do trem da hospedaria às fazendas. Sobre a política de imigração do governo de São Paulo, consultar entre outros GONÇALVES, 2008.

¹³ Em 1890, a taxa bruta de natalidade era de 38,3% no arquipélago da Madeira, de 32,6% no Portugal continental, de 33,7% no arquipélago dos Açores e, em 1900, era respectivamente de 41,4%, 30,5% e, 31,1%. (OLIVEIRA, 1999, p. 40 e 43; RODRIGUES, 2004, p. 90 e 32).

¹⁴ Viúvo, Manuel casou-se novamente em outubro de 1888 com a conterrânea Maria Cristina Corrêa, natural da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos (concelho de Câmara de Lobos) e chegada ao Brasil com os pais em novembro de 1886. Dessa segunda união nasceu Virgínia, falecida em Itapira em 1955, Américo, nascido em Itapira na fazenda de Tapera Grande em 1897, António de Caires, nascido em 1901 em Itapira e falecido na cidade vizinha de Mogi Mirim em 1990. (DE FREITAS, 24/10/2002).

¹⁵ REGISTROS, ago. 1903, folha 88. O documento diz o seguinte: “Aos vinte e nove de abril de mil oitocento oitenta e sete, nesta paróquia faleceu de congestão cerebral com vinte annos de idade Justina de Caires casada com Manoel de Caires, Portuguezes”.

¹⁶ Por exemplo: BRETTELL, 1986 e 1995; KLEIN, 1993; MATOS, 2010.

Nelly de Freitas é doutora em História pela Universidade Paris-Sorbonne e realiza pós-doutoramento em História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com bolsa CAPES-PROSUP.

Recebido em 06/08/2014

Aprovado em 25/09/2014